



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Comissão de Justiça e Redação**  
**16ª Legislatura – 2º biênio**

**Parecer**

**Projeto de Lei nº154/2020**  
**Mensagem nº123/2020**

**APROVADO**  
DISCUSSÃO  
DATA 30/03/20  
PRESIDENTE

Origem: **Poder Executivo**

Autor: Prefeito Municipal – André Pinto de Afonseca

Ementa: ***“Dispõe sobre a Arrecadação e Encampação de imóveis abandonados no Município de Miguel Pereira e dá outras providências.”***

**Comissão de Justiça e Redação**

Presidente: **Vitor Batista Ralha de Afonseca**

Vice-presidente: **Cristiano Maia Arantes**

Membro: **Ivanilson Venâncio da Silva**

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avocou relatoria à sua própria consideração, escudando-se no §2º, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**I - Da exposição da matéria em exame:**

A presente matéria versa sobre a arrecadação, em conformidade com a lei, dos imóveis abandonados situados no Município de Miguel Pereira que são objetos de invasões e ocupação irregular.

**II – Da conclusão do Relator:**

Segundo traz a matéria, existem imóveis com homéricos débitos para com a municipalidade e encontram-se abandonados sem que se saiba a localização dos reais proprietários.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Comissão de Justiça e Redação**  
**16ª Legislatura – 2º biênio**

Destaca o Projeto que os imóveis a serem encampados serão destinados a programas habitacionais, a prestação de serviços públicos no fomento ao turismo ou, como determinado pela LOM, serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que tenham fins filantrópicos, assistenciais, educacionais e esportivos.

Escuda-se a pretensão do Chefe do executivo no art.1.276 do CC.

O projeto não apresenta vício de iniciativa, tendo como fundamento legal Lei Federal, que é o Código Civil Brasileiro.

Ora, se o imóvel não satisfaz os ônus fiscais para com a Fazenda Pública, em presunção absoluta de abandono, nada mais justo de que destina-lo a utilidade pública e social nos estritos termos da Legislação Federal e em perfeita harmonia com a intensão legislativa Municipal, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, princípios que serão apoiados no lapso temporal, conforme declina o Projeto de Lei.

Dita circunstância, ainda que por meio indireto, não deixa de reparar débito com o erário, dando destino aos imóveis abandonados, relevando-se o interesse público, assegurando a exigibilidade do tributo e a possibilidade de utilização do bem abandonado, em razão do exercício da função social da propriedade, com espeque à Constituição da República Federativa do Brasil, sem perder de vista o que preconiza o art.1.276 do CC.

Nesse sentido, **a matéria é legal e constitucional** deixando à evidencia que um dos modos de perda da propriedade urbana está intimamente ligado ao instituto do abandono.

O Município, segundo pesquisa informal dessa Comissão, tem vários imóveis abandonados e extensa relação na dívida ativa, fato que oportuniza a finalidade pública que a matéria revela, não se tratando de mero desuso, mas de abandono (imóvel não utilizado).

A matéria é de inteligência ímpar, trazendo ao debate e oportunizando a utilização do Princípio Constitucional que é a Função Social da Propriedade, ocupando espaço na hermenêutica jurídica.

Sendo assim, presentes todos os elementos necessários à tramitação da matéria e, oportunamente a transferência do bem ao poder público, arrecadado como bem vago, este Relator, repise-se, **pugna pela tramitação e aprovação da matéria.**





**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Comissão de Justiça e Redação**  
**16ª Legislatura – 2º biênio**


É como vota o Relator.


**III – Da decisão da Comissão:**

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação, escudada na conclusão da relatoria **o considera legal e constitucional à tramitação.**

É o parecer.

Câmara Municipal de Miguel Pereira, 10 de Dezembro de 2020.

  
**Vitor Batista Ralha de Afonseca**  
Presidente

  
**Ivanilson Venâncio da Silva**  
Membro

  
**Cristiano Maia Arantes**  
Vice-Presidente/Relator